

IMIGRANTES E IMIGRAÇÃO NA GRANDE IMPRENSA CARIOCA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Vera Lúcia Bogéa Borges*

Na grande imprensa, em 1920, o jornalista e cronista João do Rio foi protagonista no estremecimento das relações entre Edmundo Bittencourt, dono do jornal *Correio da Manhã*, e Rui Barbosa, senador pela Bahia que eram amigos de longa data. Segundo R. Magalhães Jr., com o final da Primeira Guerra Mundial, no Brasil, o clima de exaltação nacionalista tomou conta do país e envolveu pessoas de destaque como Olavo Bilac e João do Rio. No governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), resolveu-se impor o cumprimento de velhas leis sobre a nacionalização da pesca. Nesta época, o assunto interessava especificamente à Marinha do Brasil, uma vez que a Inspetoria da Pesca lhe estava subordinada. Desta forma, a atividade da pesca deveria ser exclusividade de brasileiros, passando os barcos de alto mar a fazer parte dela. Vale destacar, ainda, que em setembro 1920 João do Rio fundou o jornal *A Pátria* tomando posição frontalmente contrária à nacionalização da pesca. *A Pátria* surgira decidida a deter o movimento nacionalista, reagindo ao clima que considerava *anti-lusitano*. Por sua vez, no lado favorável à nacionalização da pesca, estavam: *Correio da Manhã*, *A Tribuna* e os semanários *A.B.C.*, *Brás Cubas* e *Gil Blás*. Neste tempo, escreveu calorosamente Edmundo Bittencourt para Rui Barbosa:

(..) Acabo de ler o seu telegrama ao diretor da Pátria. Tive uma sensação de espanto e tristeza, que não posso ocultar, por ver V.Ex. descer da sua grandeza para atender publicamente a um desgraçado que dá a bunda e vende a pena, só porque esse desgraçado está a fazer oposição ao governo, infamando embora a nossa marinha e a nossa pátria que ele, por especulação e venalidade está a fazer passar por perseguidores de portugueses, quando V Ex. deve saber que isso não é exato e que a questão dos "poveiros" está sujeita à decisão do Supremo Tribunal (...) Permita V. Ex. que lhe diga com a minha franqueza rude, esta história de atentado contra a liberdade de imprensa, invocada por V. Ex. e pelo prostituto João do Rio, é apenas um pretexto que os homens de bem não podem aceitar, nem mesmo como arma de oposição. (...) eu ponho os meus sentimentos de patriotismo acima de tudo, e não posso consentir, se um movimento de protesto e de repulsa, que por interesse ou por paixões políticas, se esteja a

* Doutora em História (IFCH-UERJ) e Professora de História no Colégio Pedro II (Unidade Engenho Novo II).

amesquinhar a nossa terra e a sua marinha, como está a fazer o diretor da Pátria. (...)

V. Ex. lembra o teu passado de jornalista. Eu invocarei também esse passado glorioso para lhe repetir que V. Ex. aproveitou-se de um pretexto. (...)

Não rompo, publicamente, com V.Ex. porque lhe tenho um grande afeto e para não dar gosto aos seus inimigos. Fica, porém, entendido que o Correio da Manhã, de hoje em diante considera-se desligado de V.Ex.

Edmundo Bittencourt.. (BITTENCOURT, 1920:1)

O fragmento da carta apresentado anteriormente apresenta alguns elementos que merecem ser discutidos. Em primeiro lugar, o fato de tratar de imigrantes que trabalham nas cidades, mas que não estão ligados à atividade fabril e que também sofriam as ações frequentemente arbitrárias dos governos da Primeira República. Os *poveiros*, apesar de representarem pequeno número no conjunto dos imigrantes, podem servir de demonstração das reações que este segmento provocava na sociedade brasileira. Além disso, em segundo lugar, o veículo que nos permite ter acesso aquela situação eram os jornais da grande imprensa carioca a partir da pena de um jornalista de destaque na época, João do Rio. Já em terceiro lugar, a menção de um político de destaque do poder Legislativo, o senador Rui Barbosa. Nas duas casas legislativas, o tema da imigração e as ações envolvendo os imigrantes eram assuntos sempre debatidos pelos parlamentares. Vejamos como esses elementos podem ser articulados.

Os *poveiros* eram pescadores portugueses, naturais de Póvoa de Varzim – cidade no distrito do Porto no norte de Portugal e terra natal de Eça de Queiroz -, e que abasteciam de pescado a cidade do Rio de Janeiro. Naquele momento, a atividade da pesca foi nacionalizada pelo governo brasileiro e as pessoas ligadas à atividade deveriam se naturalizar para poderem garantir sua profissão, isto serviu de estopim para os *poveiros* entrarem em greve. Estima-se que mil e duzentos *poveiros* estavam ameaçados de ficar sem emprego. Na atividade da pesca, havia ainda ilhéus, isto é, portugueses vindos do arquipélago dos Açores, além de japoneses, que se tinham estabelecido nas costas de São Paulo e em Cabo Frio. Nesta época, o jornalista escreveu e conseguiu levar aos palcos uma peça intitulada *Redes ao mar*, de exaltação aos portugueses.

Na grande imprensa daqueles anos destacava-se o *Correio da Manhã*, jornal carioca diário e matutino fundado por Edmundo Bittencourt no princípio do século XX, em junho de 1901. Logo nos primeiros números o jornal apresentava-se como defensor dos *direitos do povo* visando seu bem estar e suas liberdades e, para tanto, seu foco

direcionava-se para questões da justiça, da lavoura e do comércio. A princípio podemos afirmar que existia alguma afinidade com as camadas menos favorecidas da população. De acordo com Carlos Eduardo Leal, ao admitir colaboradores das mais diversas tendências, o *Correio da Manhã* passou a ser uma espécie de frente organizada para opor-se à situação. A relação de Edmundo Bittencourt com o corpo de redatores acabou por bater nas portas da literatura no primeiro romance de Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, escrito simultaneamente com *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, em 1909. Em seu livro de estreia, Lima Barreto fazia crítica radical à mediocridade e à hipocrisia de uma sociedade desigual e cruel. Vale lembrar, que o escritor foi apenas um colaborador externo e normalmente anônimo nos jornais da época. Em seu primeiro romance, o cenário escolhido era a hipotética redação de *O Globo* e seria uma sátira ao *Correio da Manhã*, o mais retratável dos órgãos de imprensa da época. Segundo Néelson Werneck Sodré:

Os originais do Isaías Caminha foram entregues, em Lisboa, ao editor A. M. Teixeira da Livraria Clássica, que apreciaria esse "livro da intriga jornalística fluminense", como ele mesmo diria, esperançoso de escândalo publicitário, estava disposto a publicá-lo, "desde que o autor abri-se mão dos direitos autorais". Lima Barreto, humilde e modesto, abriu mão: Sabendo eu de que modo a fortuna de um primeiro livro é arriscada, nada exijo pela publicação do meu, a não ser alguns exemplares, cinquenta, se sr. achar razoável, para os oferecimentos de praxe. Julgo-me meu caro sr. Teixeira, muito feliz por encontrar quem queira publicar-me e com a publicação fico satisfeito" A carta é de abril de de 1909. O livro apareceu, no Rio, em fins de novembro ou no início de dezembro desse ano, quando se abria a tempestuosa campanha da sucessão de Afonso Pena, com o civilismo em luta com o hermismo. (SODRÉ, 1999: 303-304)

Aqui vale uma observação. Segundo Francisco de Assis Barbosa, a Livraria Garnier havia sido fundada no Brasil em 1908 e só publicava nomes consagrados, sendo dirigida de Paris por Hypolyte Garnier que jamais veio ao Brasil. De acordo com artigo de B. Quadros, com pseudônimo de Antônio Noronha Santos, na revista *Vida Nova*, e confirmada posteriormente por Francisco de Assis Barbosa, os personagens do livro seriam respectivamente: Edmundo Bittencourt – Ricardo Loberant; Leão Velloso (Gil Vidal) – Aires D'Ávila; Vicente Priagibe – *Leoporage*; Cândido Lago – Lobo, o gramático; João Itiberê da Cunha – Floc (Frederico Lourenço do Couto) que no livro cometeu suicídio; Coelho Neto – Veiga Filho; Paulo Barreto (João do Rio) Raul Gusmão; Figueiredo Pimentel – Florêncio; Afrânio Peixoto – Franco de Andrade e Gastão Bousquet – Losque.

As relações pessoais entre Edmundo Bittencourt e o senador Rui Barbosa – advogado e parlamentar pela Bahia - eram muito antigas, sendo frequente o diretor do *Correio da Manhã* dispensar-lhe o tratamento de *mestre e amigo*. Isto é compreensível uma vez que a profissão anterior do jornalista era a de advogado com escritório na rua do Rosário. Além disso, o aniversário do senador baiano era sempre motivo de lembrança por parte de Bittencourt e em várias ocasiões de partida de Rui Barbosa para o exterior, suas ausências no momento do seu embarque eram devidamente justificadas em bilhetes como, por exemplo, quando afirma: “queria estar aí do seu embarque, para lhe beijar as mãos com devoção e lhe agradecer em nome de meus filhos os exemplos de grandeza moral que V Ex. está dando” (BITTENCOURT, 1910:1). Ao final do texto, o jornalista despede-se: “V Ex. é a própria imagem da honra, da abnegação e da coragem cívica. Deus o acompanhe e lhe prolongue a vida abençoada. Seu devoto. Edmundo Bittencourt” (BITTENCOURT, 1910:1). Pouco antes, durante a *Revolta da Chibata*, Edmundo Bittencourt envia um bilhete manuscrito para ser entregue durante o pronunciamento do discurso de Rui Barbosa no Senado para denunciar, de forma reservada, a intenção dos *hermistas* (seguidores do presidente Hermes da Fonseca) e *pinheiristas* (adeptos do senador pelo Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado) de decretarem o estado de sítio, como pretexto de auxílio ao governo para sufocar a revolta dos fuzileiros navais de 1910 (Revolta dos Marinheiros como era chamada na época). Por fim, Edmundo Bittencourt também avisou o envio de alerta para prevenir da possível prisão Irineu e Bueno de Andrade.

A flexibilidade parecia ser a marca deste periódico que aplaudiu a indicação de Pereira Passos para a prefeitura da capital federal e tão logo as dificuldades de sua administração apareceram, rapidamente o *Correio da Manhã* abraçou causas como a da Revolta da Vacina, a qual mereceu por sua parte ampla cobertura jornalística. Desta forma, assumiu papel aglutinador da frente voltada ao questionamento das ações do governo ao lado de Lauro Sodré, Alexandre Barbosa Lima e Barata Ribeiro. Com o tempo, manifestou a tendência de atacar as práticas intervencionistas do Estado, na defesa incondicional dos princípios liberais. Enquanto Hermes da Fonseca, por exemplo, ocupava o Ministério da Guerra, durante o governo do presidente Afonso Pena (1906-1909), o jornal colocou-se contra a obrigatoriedade do serviço militar.

Nesta mesma época, destacou-se João Paulo Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921) que adotou o pseudônimo João do Rio, por meio do qual se tornou conhecido. De acordo com Flora Sussekind: “inspirado provavelmente no nome Jean de Paris adotado pelo jornalista Napoleón-Adrien Marx nas suas crônicas, como já salientou o pesquisador Gentil de Faria em A presença de Oscar Wilde na *belle époque* literária brasileira – o vínculo tão estreitamente à cidade do Rio de Janeiro”. (SUSSEKIND, 1992: XIII). Por sua vez, Antonio Edmilson Martins Rodrigues acrescenta pelo menos outros cinco pseudônimos adotados por Paulo Barreto: Claude, X. , Joe, José Antonio José e Paulo José. Por fim, João Carlos Rodrigues acrescenta que Paulo Barreto passou a assinar João do Rio a partir de 1904. Futuro crítico literário, teatral e das artes, o cronista político e de costumes, João do Rio nasceu em 1881 na cidade do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio São Bento e no Colégio Pedro II. Alguns anos mais tarde, em 1899, Paulo Barreto começou a divulgação de textos em vários órgãos da imprensa como: *A Tribuna*, *A Cidade do Rio*, *O País*, *O Dia*, *Correio Mercantil* e partir de 1903, na *Gazeta de Notícias*. No ano da campanha presidencial, em 1910, nas páginas desse periódico, João do Rio publicou um de seus romances, *A profissão de Jacques Pedreira*. De acordo com Flora Sussekind, nesta narrativa podemos perceber que boa parte de suas referências dizia respeito a acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro em 1910.

No início do século XX, Paulo Barreto adotou um estilo que misturava reportagem e crônica literária. Em 1904, tornou pública a série *As religiões do Rio* com forte inspiração nas reportagens de Jules de Bois em *Les petites réligions de Paris*. Conforme seu nome ganhava projeção, foi convidado a colaborar com vários periódicos literários da época como *Kosmos* e *A Renascença*. Além disso, a partir de 1907, inaugurou a página dominical colorida com a coluna *Cinematógrafo* que durou até dezembro de 1910. Nela, *Joe* – pseudônimo com a qual ali assinava – fazia uma síntese da sua atividade semanal, com misto de sátira política, pequenas ficções, resenhas de livros dentre outros tipos de produção. Também na *Gazeta de Notícias*, nos anos de 1909 e 1910, escreveu numa coluna sem título e assinava *Simeão*, permanecendo neste periódico até agosto de 1915. Vale destacar, também, que Paulo Barreto trocou breve correspondência com Rui Barbosa em dois momentos bastante expressivos. O primeiro, em agosto de 1909, logo após o lançamento da chapa civilista, o jornalista escreveu para

Rui Barbosa, então candidato à presidência da República: “Ao grande brasileiro a saudação de Paulo Barreto” (BARRETO, 1909:1). No final do ano seguinte, ano da derrota de Rui Barbosa para Hermes da Fonseca para presidência da República, em 1910, seu aniversário foi devidamente lembrado: “Ao eminente brasileiro, a maior mentalidade da raça latina felicitações de João do Rio” (BARRETO, 1910:1). Já o segundo momento foi na década seguinte, em 1920, mais uma vez por ocasião da data natalícia: “Ao maior dos brasileiros as sinceras felicitações de João do Rio” (BARRETO, 1920:1). Acreditamos que esta última lembrança tenha relação direta com os acontecimentos que apresentamos no início deste texto.

Desde 1904 e até o final de sua vida, João do Rio escreveu em diferentes momentos sobre a imigração e os imigrantes no Brasil. Nas edições de 22 e 29 de janeiro de 1904, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou em sua primeira página entrevistas de João do Rio, respectivamente, com o ministro da Itália e o ministro de Portugal no Brasil. Poucas semanas depois, João do Rio entrevistou o deputado paulista Cândido Rodrigues sob o título de *A colonização no Brasil*. Todavia, apenas em 1911, João do Rio explicitou sua posição favorável à imigração para o país, no caso a italiana, ao destacar a contribuição desta para a beleza da população paulista. É importante destacar que, com o passar dos anos, o tom do jornalista em defesa da imigração cresceu. Ainda na *Gazeta de Notícias*, em março de 1914, na coluna *À margem do dia*, João do Rio publicou um texto em prol da imigração em massa. Neste mesmo espaço do jornal, dois dias depois, João do Rio teceu observações sobre um artigo referente à imigração publicado em *O Paiz*. Já em setembro de 1917, o jornalista analisou a discussão que envolvia a lei de expulsão dos estrangeiros indesejáveis que ocorria no Senado Federal.

Em 1917, o Brasil atravessava momento delicado tanto externa quanto internamente. No cenário internacional, a Primeira Guerra Mundial acontecia. Ainda no primeiro semestre daquele ano, alguns navios brasileiros que navegavam em águas internacionais foram atingidos pelos alemães. A repercussão dessas notícias acabou por provocar manifestações anti-germânicas em várias cidades do país. Finalmente, em outubro, o governo brasileiro colocou-se ao lado da Tríplice Entente. Por sua vez, internamente, o clima também não era calmo. A cidade de São Paulo foi sacudida por diversos movimentos grevistas, com destaque para o setor têxtil, que acabaram por

ecoar em outros estados do Brasil como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Vários líderes grevistas eram imigrantes como Luigi Damiani (Gigi) e Teodoro Monicelli. Segundo Monica Kornis e Marco Aurélio Santana, em 1919, a repressão ao movimento operário e aos anarquistas se tornou mais sistemática. De acordo com os autores: “Com a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, o Brasil comprometera-se a observar e executar certas medidas asseguradoras de direitos e benefícios ao trabalhador” (KORNIS; SANTANA, 2011:2641).

Por sua vez, em março de 1920, no jornal *O Paiz*, João do Rio defendeu a imigração contra a exacerbação nacionalista que tomava conta do Brasil. Naquele ano, o jornalista fundou o jornal *A Pátria*. Neste novo periódico, numa coluna *Bilhete* de novembro de 1920, João do Rio atacou o projeto de lei que dificultava a naturalização de estrangeiros. Dois meses depois, no mesmo espaço de seu jornal, o jornalista apontou a inconstitucionalidade da circular municipal que ordenava o recenseamento dos estrangeiros nas escolas do Rio de Janeiro. Já em março de 1921, João do Rio denuncia, através da imprensa, a injusta expulsão dos operários estrangeiros acusados de serem anarquistas. Pouco depois, cobrou decisões ministeriais a respeito da imigração. Em junho daquele ano, a carreira do jornalista, considerado por muitos como o maior cronista da Capital Federal, foi interrompida abruptamente aos quarenta anos, João do Rio foi vítima de um derrame cerebral.

Aqui destacamos a expressiva produção jornalística de João do Rio sobre os imigrantes e a imigração no Brasil em alguns dos principais periódicos da imprensa carioca da Primeira República. Poderíamos acrescentar muitos outros autores que também dedicaram suas reflexões à presença dos estrangeiros no país. Todavia, neste momento, consideramos importante apresentar alguma finalização para nossa discussão. No Brasil, a chegada do século XX assinalou a afirmação da grande imprensa marcada por modificações tanto nos planos de produção e circulação quanto nas relações dos jornais com o anunciante, com a política e com os leitores. Assim, a imprensa passou a ter interesse particular pelo fato político uma vez que este afetava diretamente os seus projetos e negócios. Como entendemos que os periódicos estavam no cerne das relações de poder que perpassavam a sociedade, escolhemos a temática dos imigrantes e da imigração como demonstração de nossa percepção. Assim, a imprensa serviu de palco para o debate da cultura política da Primeira República. Para Ângela de Castro Gomes,

o conceito de cultura política incorpora sempre uma leitura do passado – histórico ou mítico, ou ambos –, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, um enredo – uma narrativa – do próprio passado. Nesse sentido, estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos – é entender como uma certa interpretação do passado é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais. A presença do estrangeiro durante os anos da Primeira República explicitou um problema sério para o Brasil, isto é, a utilização da mão-de-obra em um país que conviveu durante mais de três séculos com a escravidão e que tinha tanta dificuldade de se libertar de seu passado. Apenas nos primeiros anos da década de 1930, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio foi criado e as leis e os decretos relativos à regulamentação do trabalho e à sindicalização das classes operárias foram promulgados. Desse modo, a *questão social* ganhou novos contornos políticos.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto 1881-1922*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

BARRETO, João Paulo Cristóvão Emílio dos Santos Coelho. (João do Rio) Telegrama para Rui Barbosa de 24 de agosto de 1909. Fundação Casa de Rui Barbosa. Inventário Analítico. CR161. v.1.

_____. Telegrama para Rui Barbosa de 5 de novembro de 1910. Fundação Casa de Rui Barbosa. Inventário Analítico. CR161. v.1.

_____. Telegrama para Rui Barbosa de 5 de novembro de 1920. Fundação Casa de Rui Barbosa. Inventário Analítico. CR161. v.1.

BARRETO, Lima. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1990.

_____. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1989.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BITTENCOURT, Edmundo. Cartão manuscrito de. 20 de dezembro de 1910. Fundação Casa de Rui Barbosa. Inventário Analítico. Edmundo Bittencourt CR208/1 30.

_____. Carta manuscrita para Rui Barbosa de 8 de abril de 1920. Fundação Casa de Rui Barbosa. Inventário Analítico. Edmundo Bittencourt CR208/1. v.1

Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, 1986.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.) *História do Trabalho e Histórias de Imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil*. São Paulo: EDSP, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaio de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005. p. 21-44.

HECKER, Alexandre; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Deslocamentos e Histórias – Os Portugueses*. Bauru: EDUSC, 2008.

KORNIS, Monica; SANTANA, Marco Aurélio. *Verbete Greve*. In: ABREU, Alzira A. de ET al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v.III. p.2639-2654.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MAGALHÃES JR, R. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil – migrantes em dois atos*. Niterói: Muiraquitã, 2006.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. *Imigração*. In: *Historia Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. t.III. v.2. (Sociedade e Instituições 1889-1930). p.93-133.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta – olhar de flâneur na belle époque tropical*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: Catálogo Bibliográfico*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUSSEKIND, Flora. *O cronista & O Secreto Amador*. In: João do Rio. *A profissão de Jacques Pedreira*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/Scipione/ Instituto Moreira Salles, 1992. p.IX-XLIX.